

CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020



Contribuição da Associação Nacional de Certificação Digital - ANCD
para o debate da transformação digital nos governos municipais

Em tempos nos quais a internet dita o rumo das relações sociais, econômicas e até governamentais, a **digitalização se mostra um processo imprescindível para que qualquer gestor público** esteja consoante com os anseios e demandas da população.

Vivemos uma **nova realidade**, na qual a troca de dados e informações se dá por meio eletrônico, de forma cada vez mais rápida e volumosa, fazendo com que a **inclusão digital e a segurança cibernética se tornem fatores centrais nas formulações de políticas públicas.**

Levando em consideração o evento democrático que se constrói no Brasil na forma das Eleições Municipais de 2020, a Associação Nacional de Certificação Digital - **ANCD elaborou o presente documento como forma de contribuir com os debates em torno da Transformação Digital**, oferecendo a candidatos e eleitores sua visão sobre a relevância da digitalização segura da sociedade.

Egon Schaden Júnior, Presidente-Executivo da ANCD

Brasília, DF, 25 de setembro de 2020

Transformação Digital com Segurança Cibernética e Jurídica





A transformação ocorre neste exato instante, ao redor de todo o globo. Ao passo que processos são desburocratizados através da transição do meio físico para o digital, a discussão em torno de como garantir a máxima segurança dos cidadãos nesse novo ambiente ganha cada vez mais espaço nos principais fóruns de tomada de decisão. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD foi formulada com base nesses princípios, visando adequar a legislação brasileira a esta importante evolução no tratamento de dados.

E justamente a partir dessas mesmas premissas, foi criada em 2001 a **Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil**, que auxilia no combate a fraudes e na desburocratização segura de processos.

A ICP-Brasil é um exitoso ativo **tecnológico de origem 100% brasileira**. Com menos de 20 anos de existência, suas aplicabilidades para pessoas físicas e jurídicas **revolucionou a forma de identificação e assinatura digital no Brasil**, permitindo o avanço de nossa sociedade nos padrões internacionais de informatização, transparência e segurança. Os atributos do Certificado Digital, a infraestrutura subjacente e sua cadeia de confiança fizeram desta ferramenta um **elemento no combate à corrupção, prevenção do crime organizado e desburocratização segura de processos**.





De forma simples, a certificação digital ICP-Brasil funciona basicamente como uma **“Credencial Digital”**, que junta identificação e assinatura em apenas um documento e foi desenvolvida para facilitar a comunicação do cidadão e empreendedores brasileiros, garantindo a proteção e a identificação das partes envolvidas. A **tecnologia foi desenvolvida para facilitar a vida de todos os usuários**, garantindo que mais questões possam ser resolvidas de forma on-line, de maneira rápida, segura e eficiente.

Com a identificação e assinatura digitais, tanto as pessoas físicas quanto as jurídicas podem realizar, **de qualquer lugar do mundo e a qualquer hora, transações totalmente eletrônicas** e outros tipos de serviços via internet com mais segurança e agilidade, **integrando o ecossistema que hoje conhecemos como “Cidades Digitais e Inteligentes”**.



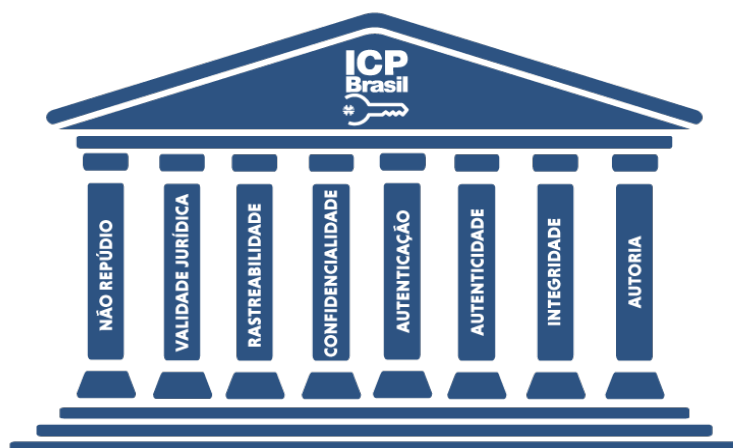
Digitalização

Governo e Economia





O Certificado Digital no padrão ICP-Brasil é uma **solução tecnológica de segurança, desenvolvida e gerida pelo Estado Brasileiro** em parceria com a iniciativa privada e que **oferece autenticidade, confidencialidade, integridade, rastreabilidade e validade jurídica** aos atos e documentos eletrônicos.



Sua implementação na gestão pública permitiu, por exemplo, o advento das **Notas Fiscais Eletrônicas (NFe)**. Através do mais alto grau de segurança garantido pela ICP-Brasil, o Estado e todas as Unidades Federativas conseguiram não apenas aumentar seu poder de arrecadação sem onerar a população, como também facilitar e tornar mais ágil este processo, gerando ainda uma economia de recursos naturais através da diminuição no uso de papel.

SAIBA MAIS

Já foram emitidas mais de 25 bilhões* de Notas Fiscais Eletrônicas no Brasil!

Além da economia em insumos, como papel e tinta para impressão, a emissão eletrônica das notas garante mais segurança para o processo de arrecadação de impostos.

*Fonte: www.nfe.fazenda.gov.br



Inúmeras são as iniciativas que implementaram o uso da certificação digital nos últimos anos como meio de desmaterialização de processos e de combate a fraudes nas instituições públicas. Confira alguns exemplos:

- Siscoaf (Sistema de Controle de Atividades Financeiras);
- Poder Judiciário (processo judiciário eletrônico);
- Poder Legislativo (processo legislativo eletrônico do Senado Federal);
- Receita Federal do Brasil;
- Caixa Econômica Federal;
- Ministério Público do Trabalho;
- Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB);
- Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior);

Esses são apenas alguns exemplos que se valem da certificação digital para atribuição de validade jurídica e integridade dos atos e transações eletrônicas.

Não é exagero dizer que a ICP-Brasil está presente em todo lugar: desde a máquina que emite o cupom fiscal do empreendedor, passando pelas várias transações financeiras e notas fiscais de qualquer cidadão, chegando até aos prontuários eletrônicos e receituários médicos.

A Estônia, país exemplo no que diz respeito a Governo Digital, possui sua própria Infraestrutura de Chaves Pública. Lá, cada cidadão economicamente ativo possui um certificado digital, semelhante ao da ICP-Brasil, para se comunicar com o Estado. Por aqui, a Receita Federal já lança mão dessa mesma ferramenta para controlar renúncias e receitas fiscais com precisão e segurança, porém esse potencial é amplo e ainda pode ser explorado na formulação de novas políticas públicas.

Segurança Cibernética e Defesa Nacional





Com o advento da tecnologia, vem a necessidade de se garantir a máxima segurança dos ambientes e interações digitais. Recentemente, foi publicado o Decreto nº 10.222/2020, que instituiu a **Estratégia Nacional da Segurança Cibernética - E-Ciber** para o quadriênio de 2020-2023.

A **E-Ciber** é a orientação manifesta do Governo Federal à sociedade brasileira sobre as principais ações por ele pretendidas, em termos nacionais e internacionais. **Dentre as ações estratégicas de fortalecimento de governança cibernética previstas no documento está a ampliação do uso do certificado digital ICP-Brasil.**

Na mesma linha, foi editado o Decreto nº 10.332/2020, que estabelece a “**Estratégia de Governo Digital**” para o período de 2020 a 2022 e que possui entre suas diretrizes a **desburocratização, redução de custos e a consequente massificação da certificação digital para o cidadão brasileiro.**

Assim sendo, as prefeituras que adotarem a ICP-Brasil como meio para participar da transformação digital não apenas estarão se posicionando na vanguarda internacional no que tange à Identidade Digital, como também estarão se alinhando às diretrizes de Defesa e Soberania Nacional, colaborando para a garantia de um ambiente digital cada vez mais seguro no Brasil.



Acesse nossa página e saiba mais
sobre a ICP-Brasil e sobre a ANCD.

www.ancd.org.br

